

NÚMERO 4

LITORAL

Revista Mensal de Cultura



LISBOA ★ OUTUBRO-NOVEMBRO ★ 1944

SUMÁRIO

JOSÉ MARINHO :

RELAÇÃO VERÍDICA DO SABER
E DO IGNORAR

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA :

CAMINHOS DO SERTÃO

ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO :

QUATRO POESIAS

FIDELINO DE FIGUEIREDO :

A MORTE DE D. JOÃO

RACHEL BASTOS :

PÁGINAS DE UM DIÁRIO

GUSTAVO DE FREITAS :

JOSÉ RÉGIO

ANTÓNIO QUADROS :

TRÊS POESIAS

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA :

SENHOR AZORÍN!

MANUEL DE LIMA :

A QUIMERA DA FORTUNA

IRENE LISBOA :

CANTO

CARLOS QUEIROZ :

MARIA KEIL DO AMARAL

J. GARCIA DOMINGUES :

D. MIGUEL ASIN PALACIOS

RUY CINATTI :

A VIAGEM AO ALGARVE

DOCUMENTOS * CRÓNICAS
CRÍTICAS * COMENTÁRIOS

De: ÂNGELO DE LIMA, MIGUEL
BOMBARDA, GUILHERME DE CASTILHO,
FRANCISCO DE SOUSA TAVARES, ALBANO
NOGUEIRA, DELFIM SANTOS, AUGUSTO
SARAIVA, LUÍS REIS SANTOS * Notas
Registo bibliográfico

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Portugal e Ilhas Adjacentes (6 e 12 N.ºs):

55\$00 e 110\$00. Colónias e Brasil (12 N.ºs):

120\$00. Estrangeiro: 120\$00 e 240\$00.

NÚMERO AVULSO

10\$00

mance, quer no modo como neste consegue interpor pormenores a-romanescos ou eruditos, quer ainda no virtuosismo com que faz centrar tanta coisa díspar num conjunto harmonioso e uno, como se o romance no seu todo participasse da unidade de uma sinfonia. Dêste ponto de vista haverá só que entremostar dois senões — dois levíssimos senões. Queremos referir-nos ao modo talvez precipitado como certas personagens surgem no romance — e ao epílogo. Àquêle, pela confusão momentânea em que lança o leitor; a êste, pelo que representa de fuga do ponto de vista em que até aí o Autor se colocara (não pelo facto de do Faial se passar para a Terceira — pois já anteriormente se passara a outras ilhas — mas sim porque nesse epílogo o núcleo romanesco se *descentrou* ao fixar-se no destino de *pessoas*, ainda mesmo que se leve em conta aquilo que ali transcende a existência de Margarida).

Enfim: dêste admirável romance de V. N. fica, nos escaninhos da nossa memória, uma Margarida que emparceira com outras personagens de outros romances que a êle se agarram para sempre. Não importa — porque não é de Margarida nem de João, Roberto ou Ângelo que o romance vive. Mas fica connosco qualquer coisa de bem presente — aquilo a que à falta de melhor termo se começou a chamar *atmosfera* — aquilo que nos fêz quasi esquecer (por exemplo) uma Judite existente num livro famoso de Rosamond Lehmann, mas que nos prenderá sempre à lembrança êsse livro famoso (*«Dusty answer»*), porque nesse livro as figuras pouco são quando comparadas ao poder de encantamento que ressuma do total. Com êste seu romance V. N. deu-nos aquilo a que só certos romancistas ingleses nos haviam habituado: um romance em que a realidade não enjeita a poesia, e em que a poesia *anima* a realidade, sem a desfigurar.

ALBANO NOGUEIRA

António José Brandão : «Vigência e temporalidade do direito». Coimbra, 1944.

Enganar-se-ia completamente quem, a julgar pelo título, supusesse tratar-se, nesta centena de páginas, de uma discussão mais ou menos árida de um mais ou menos forçado e especioso tema de qualquer ramo do direito, mais ou menos desinteressante para o comum dos leitores, predominantemente dedicado aos problemas vitais da cultura contemporânea. E, no entanto, é para estes, especialmente para estes, que o livro de que tratamos tem um grande interesse.

Realmente, o título não está perfeitamente adequado ao tema tratado. Diminui e circunscreve a discussão aparentemente a um domínio restrito, enquanto o conteúdo do livro alarga e estende a noção de vigência e temporalidade a tôda a cultura. Sirva êste aviso, e fique o leitor convencido de que o título, pela errónea especialização sugerida, foi muito mal escolhido. No livro encontram-se, palpitantemente tratados, temas de interesse geral próprios a todos os homens cultos e desejosos de aprofundamento. O seu autor, plenamente integrado nas mais modernas tendências da filosofia contemporânea, procura meritóriadamente levar os leitores, em cada uma das suas páginas, a integrar-se na nova forma de pensamento, valorizando do passado apenas o que tem fôrça de sugestão e é capaz, ainda, de vigência.

Relativamente a êste conceito e ao de temporalidade — que o Autor distingue — poder-se-ia discutir a validade de tal distinção. Vigência e temporalidade, aplicadas ao direito, não significam um e o mesmo problema? Não há, parece, no direito, vigência intemporal, entendendo-se direito como expressão normativa das relações entre os homens em determinada época. Época é, por sua vez, como o Autor afirma, um sistema

de vigências, e êste tem sempre, também, uma nítida dimensão temporal. O que no direito tem aparência de transtemporal não lhe pertence essencialmente. São princípios de ordem ética, cuja aporia da temporalidade — como lhe chama o Autor — se move em outro plano, diferente e superior ao do direito. Direito é um fenómeno temporal, exclusivamente temporal, e a sua vigência consiste na sua possível adequação ao tempo em que nasce, vive e, portanto, vigora. O facto de existir uma história do direito, isto é, de o direito ter história — encadeamento de noções derivadas sucessivamente — é suficiente para invalidar a suposição de que o direito em si poderia aspirar a qualquer forma de vigência «sub specie aeternitatis».

Se a respeito da ética tal afirmação é de real natureza aporética, muito mais e evidentemente o é quando aplicada ao direito. Pode-se, é claro, como faz o Autor, reduzir a aporia da temporalidade apenas à apreensão do pensamento, considerado em si como intemporal. Mesmo assim, porém, o problema não se modifica, porque o direito é resultante dessa mesma apreensão e o que, como ideal, não é apreendido, fica naturalmente invigente. No domínio especulativo, na busca do ser ideal, pelo contrário, dá-se fenómeno oposto: é o intemporal, pelo seu apêlo a ser expresso, que é autenticamente aspirante a vigente. Seguindo a distinção aristotélica, poder-se-ia dizer que a passagem da potência ao acto, neste domínio, é o trânsito da intemporalidade à temporalidade, da invigência à vigência.

Mais uma vez, assim, encontraríamos argumento plausível para a demonstração de que temporalidade é vigência, e vigência temporalidade. ¿Como entender, pois, a afirmação de António José Brandão sobre a índole acrónica da vigência? Vigência é o carácter de actualidade epocal de certos valores. Nunca ela pode ser independente destes.

Vigência é uma qualidade adjecta e não substantiva. Parece-nos que o tratamento, como independente, do que nunca pode ser independente — porque é qualidade adjectiva — radica na falta de uma distinção fundamental, que o Autor não fez e cuja carência se manifesta em alguns pontos do seu livro: a distinção entre idéias e valores.

O que importaria, feita esta distinção, era o estudo da modalidade da vigência do ser ideal e do ser dos valores. Seria então possível, e com bom fundamento, falar de vigência acrónica, como modalidade típica do ser ideal. Todavia, relativamente ao problema dos valores, a única modalidade de vigência que lhe compete é sempre de natureza temporal. E êste é o caso do direito. Continuando esta via, poder-se-ia ainda pretender comprovar o grau de verdade da afirmação feita pelo Autor sobre a falsidade da aporia da temporalidade. Falsa, ¿relativamente a quê? Ao ser das idéias, certamente que sim. Ao ser dos valores, certamente que não. Aliás, é isto mesmo que o Autor nos dá a entender quando, mais adiante, trata da coordenação temporal do espírito objectivo e do espírito subjectivo pela vigência.

A distinção já apontada teria permitido a António José Brandão uma visão sistemática do problema, liberta das aporias aparentes daí resultantes. Aliás, se a interpretação da lei é elemento constitutivo da sua vigência, como o Autor afirma, isto mesmo mostra que a vigência nunca pode ser independente da lei interpretada, na qual se realiza o encontro valorativo — e não ideal — de certa época com os valores admitidos pelo hermeneuta.

Estes e muitos outros temas para reflexão encontrará o leitor desperto neste livro, que é um belo testemunho de um espírito bem apetrechado para o tratamento dos problemas da filosofia do direito, e sintoma seguro de que tais problemas encontraram em Por-

tugal mais uma inteligência bem formada e da qual muito há a esperar. As suas reais capacidades pedagógicas de expositor merecem ainda ser postas em relêvo e, igualmente, as qualidades eminentemente sugestivas do seu estilo.

DELFIN SANTOS

«A ilha maravilhosa de Calemplui». Edição «Ática», Lisboa, 1944.

O aparecimento de um autêntico «livro de luxo» entre a já vasta produção dos editores portugueses representa um acontecimento de relêvo na vida cultural do País, que bem merece uma apreciação de ordem técnica e palavras de louvor.

«*A ilha maravilhosa de Calemplui*», extraída da «*Peregrinação*» de Fernão Mendes Pinto, é um livro sensacional, por se tratar — supponho — da primeira realização gráfica que, no género, se publica em Portugal. Primeira no tempo e única na qualidade.

Para o estado de atraso em que se encontram entre nós as artes gráficas, êste esforço editorial tem a virtude de apresentar um modelo, indicando o caminho a seguir às numerosas empresas que se propõem lançar livros no nosso mercado, cada vez maior e mais exigente. Aos compradores, bibliófilos e coleccionadores podem os poucos que conhecem a matéria dizer com absoluta convicção e respeito: — Eis, finalmente, um «livro de luxo», uma verdadeira obra de arte.

Infelizmente, é preciso dizê-lo e repeti-lo, talvez até fazer a propaganda e provocar a corrente «snob» — sempre susceptível de derivar, depois, para o gôsto sincero e para a convicção esclarecida; se não fôsse necessário atacar a questão num dos seus fundamentos, evitaríamos confessar, uma vez mais, esta vergonha: por falta de educação artística e

de gôsto apurado, ignora-se quasi, entre nós, o que é um «livro de luxo». Experimentem os que me lêem perguntar o que isso é, aos livreiros, aos chefes de tipografias, aos editores. Reúnam e comparem as respostas... e verão. (Aos profissionais a que me refiro não devo, sequer, perdê-los desculpa de os ter magoado, e limitar-me-ei a dizer-lhes: — os senhores não têm culpa, o *meio* é que é assim!). Digam-me, depois, quantos sabem responder-lhes.

Preparem-se para ouvir a descrição do tipo *PUPILAS DO SENHOR REITOR* em bom e pesado «couché», com reproduções de aquarelas em tricromia, a dispendiosa encadernação de carneira, ricamente ornamentada em «repoussés», oiro por toda a parte — nas letras, à cabeça, na lombada... É quanto à arte propriamente do livro, à qualidade dos materiais, da tipografia, ao arranjo da página, à ilustração, à conjugação criteriosa dos elementos constituintes; que recomenda, afinal, êste primorzinho monstruoso, vasto, espesso e rutilante que enche o olho do novo-rico e está destinado a ornamentar-lhe a sala? Nada possui que o recomende. Antes pelo contrário.

O papel «couché», feito à base de cal, facilmente se altera e está banido, em todo o mundo civilizado, das «edições de luxo»; o formato desmedido é absolutamente absurdo, e mais ainda a relação entre êle e a mancha da composição; nesta, a justificação relacionada com as margens e o corpo da letra é de uma desharmonia verdadeiramente confrangedora; a ilustração é mecânica, a selecção das côres feita por um operário que não é necessariamente artista criador; enfim, tudo o mais é falsa pompa, regalo para apreciadores de cachuchos nos dedos, almofadas pelo chão da sala, visão estreita e sensibilidade grosseira.

Mas, afinal, que vem a ser um livro de